

*Situação do jovem no mercado de
trabalho no Brasil: um balanço dos
últimos 10 anos¹*

Marcio Pochmann²

São Paulo – fevereiro de 2.007.

¹ Texto preliminar, sujeito a modificações.

1. Apresentação

A temática juvenil vem sendo recorrentemente tratada no Brasil em seus distintos aspectos tendo em vista a complexidade que representa atualmente. De maneira geral, a situação do jovem vem sendo exposta de forma ainda muito fragmentada.

Por um lado ressalta-se o grave e generalizado quadro da violência nacional, cuja maior ênfase recai justamente na população com menos de 25 anos de idade, especialmente nos grandes centros metropolitanos do país. Por outro, ganha também destaque o conjunto dos resultados dos exames de avaliação educacional, que indica simultaneamente o avanço na taxa de escolarização acompanhado da piora na qualidade do ensino e aprendizagem dos jovens brasileiros.

Frente a isso, parece cada vez mais evidente o fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social para atender à população juvenil, seja pela pulverização de ações e programas, seja pela diminuta escala relativa de atendimento, seja pela competição de políticas entre distintas esferas de governo (União, estados e municípios), organismos não governamentais (ONG's) e empreendimentos patronais associados à responsabilidade social. Ademais, cabe também destacar que os maiores obstáculos à reprodução social juvenil têm como referência a verdadeira crise que se encontra em curso na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho.

A emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social. O processo de imobilidade social intrageracional (a última ocupação não se diferencia do primeiro emprego), quando não o caso de regressão intergeracional (a posição de vida e trabalho do filho é inferior a do pai), pode tornar frustrada a perspectiva de construção de um futuro pelo trabalho decente, mesmo no ambiente de elevação da escolaridade.

Nesse sentido, tem importância central a análise da atual situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Se há constrangimentos no ingresso e progresso do jovem no interior do mercado de trabalho, o agravamento da condição juvenil aparece como inexorável, reproduzido pela decadência educacional e pela degradação social.

Por conta disso, o presente estudo procura tratar da situação do jovem no mercado de trabalho no período de 1995 e 2005, quando várias medidas de políticas públicas voltadas para a temática juvenil foram adotadas por diferentes governos, ong's e empreendimentos patronais de responsabilidade social (Peti, Agente Jovem, Serviço Civil, Primeiro Emprego, entre outros). Apesar do esforço, os resultados se mostram até o momento insuficientes para dar conta dos significativos ajustes processados sob o jovem no interior do mercado de trabalho brasileiro.

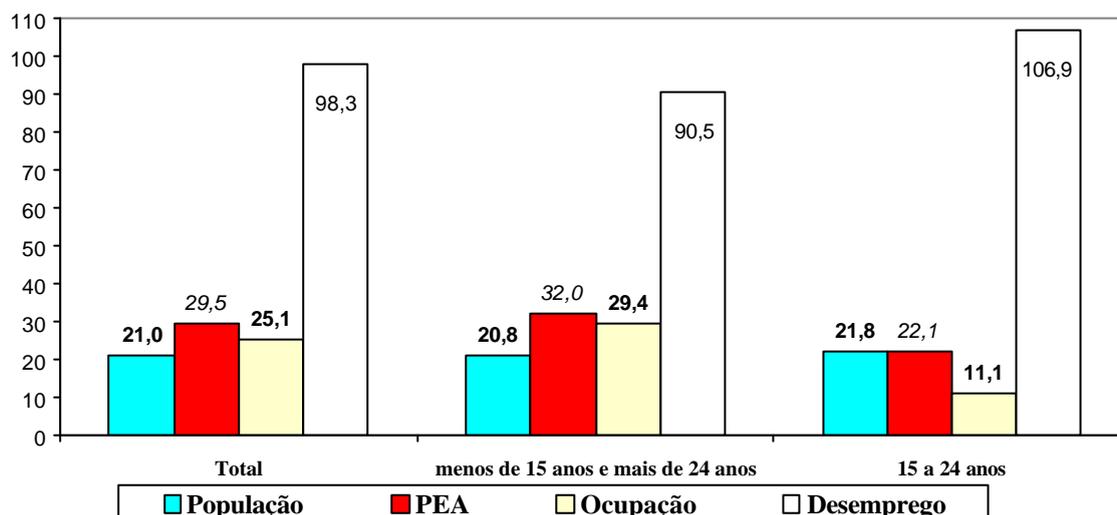
² Professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, Brasil. (Tel. 19-35215802- Endereço Eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br).

As informações primárias utilizadas para o estudo pertencem ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especialmente as da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios e Contas Nacionais (Pnad) entre os anos de 1995 e 2005. Para efeito deste estudo, considerou como jovem a parcela da população localizada na faixa etária de 15 a 24 anos de idade.

2. Demografia juvenil

Apesar da parcela de 15 a 24 anos de idade ter crescido levemente acima do ritmo de expansão da população total, o país permaneceu registrando entre 1995 e 2005 a presença de um jovem a cada 5,3 brasileiros. Do acréscimo de 32 milhões de pessoas no total da população verificado no mesmo período de tempo, verifica-se que 6,3 milhões estavam situados na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, o que representou 19,7% do adicional total da população nos últimos 10 anos.

Gráfico 01: Brasil - Variação da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego entre 1995 e 2005 (em %)



Fonte: IBGE (Elaboração própria)

Mas o aumento na quantidade de jovens se deu de forma diferenciada da evolução do restante da população. Especialmente em relação ao desemprego, que cresceu muito mais para os jovens do que para as demais faixas etárias. Em 2005, por exemplo, a quantidade de jovens desempregados era quase 107% superior a de 1995, enquanto o desemprego para a população economicamente restante do país foi 90,5% superior nos últimos 10 anos.

Da mesma forma, nota-se a rápida expansão na taxa nacional de desemprego dos jovens, com variação de 70,2% (de 11,4% para 19,4%), enquanto a taxa nacional de desemprego da parte restante da PEA aumentou 44,2% entre 1995 e 2005 (de 4,3% para 6,2%). Já a taxa nacional de desemprego para o conjunto da PEA brasileira cresceu 52,4% no mesmo período de tempo, passando de 6,1% para 9,3%.

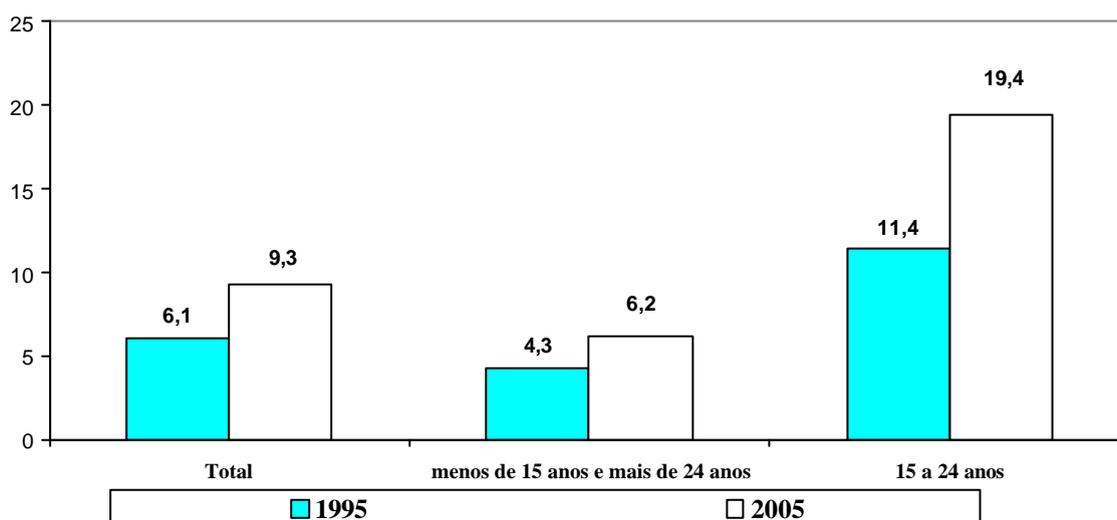
Entre os jovens, a situação mais dramática do desemprego refere-se às mulheres. Entre 1995 e 2005, a taxa nacional de desemprego feminino passou de 14,1% para 25% (aumento

de 77,4%), enquanto a taxa nacional de desemprego masculino alterou-se de 9,7% para 15,3% (aumento de 57,8%).

O fato de o país ter, em 2005, um desempregado a cada 5 jovens (sendo de uma a cada quatro jovens do sexo feminino) resultou tanto da baixa capacidade do país gerar postos de trabalho para o total da população que ingressa no mercado de trabalho como de manter o jovem empregado por um longo tempo. Para muitos jovens, a condição de atividade vem sendo marcada por situações de desemprego recorrente, sem possibilidade de construir uma trajetória ocupacional segura de ascensão social, conforme se observava no passado não tão distante.

Nos anos de 1995 e 2005, a ocupação total no país cresceu 29,5%, enquanto para os jovens o ritmo de expansão do emprego foi de apenas 11,1% (menos de 38% do aumento geral de postos de trabalho no país). A situação não foi ainda mais grave ainda porque a variação da População Economicamente Ativa juvenil não foi tão intensa como a do conjunto da população, com variação de 22,1 ante 32% para a parcela restante da população.

Gráfico 02: Brasil – Evolução da taxa de desemprego por segmentos etários selecionados em 1995 e 2005 (em %)



Fonte: IBGE (Elaboração própria)

Em resumo, observa-se que a cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho no período de tempo em referência, somente 45 encontraram algum tipo de ocupação, enquanto 55 ficaram desempregados. Quando se trata da situação por gênero, observa-se que a cada 10 jovens do sexo feminino que entraram no mercado de trabalho, somente 40 conseguiram uma ocupação e 60 ficaram desempregadas, enquanto a cada 100 jovens do sexo masculino que também ingressaram no mercado de trabalho, 50 tornaram-se desempregados e 50 arrumaram algum tipo de ocupação.

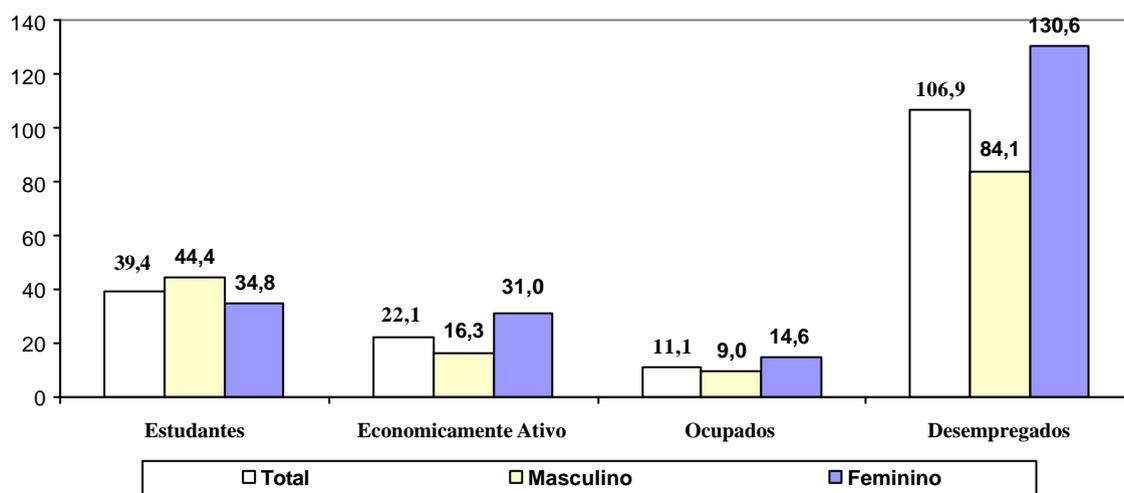
2. Estudo e trabalho

No ano de 2005, a população na faixa etária de 15 a 24 anos alcançou 35,1 milhões de pessoas, o que representou 19% do total da população brasileira. Do conjunto dos jovens,

65,3% eram ativos no mercado de trabalho (na condição de ocupado ou de desempregado) e somente 46,8% estudavam. Em relação ao ano de 1995, constata-se a elevação na taxa de jovens que estudam (14,4%), pois passou era de apenas 40,9% e estabilização na taxa de atividade juvenil (variação de 0,01%).

Não obstante o crescimento da presença de jovens na escola, ainda prevalece no país a maior parcela da faixa etária de 15 a 24 anos que não estuda (53,2%), sendo menor entre as mulheres (52,4%) do que em relação aos homens (53,6%). Ademais, observa-se também que o avanço de 39,4% na quantidade de jovens que passaram a estudar entre 1995 e 2005 não implicou redução na taxa de atividade juvenil no interior do mercado de trabalho. Ou seja, o jovem buscou elevar a escolaridade combinando com a atividade laboral, indicando que o Brasil tem jovens que trabalham e estudam, ao contrário da tendência dos países desenvolvidos de postergação do ingresso juvenil no mercado de trabalho para ampliação da escolarização³. Para muitos jovens, quando não há trabalho, tampouco pode haver acesso à escola, tendo em vista a ausência de financiamento dos custos vinculados à educação para alguém com mais de 15 anos de idade.

Gráfico 03: Brasil – Variação da população jovem que estuda, economicamente ativa, ocupada e desempregada entre 1995 e 2005 (em %)



Fonte: IBGE (Elaboração própria)

Por outro lado, constata-se também que uma das principais razões para a menor expansão do desemprego entre jovens do sexo masculino refere-se a maior expansão na frequência escolar. A taxa de jovens do sexo masculina que estuda cresceu mais de 44%, enquanto dos jovens do sexo feminino aumentou menos de 35% entre 1995 e 2005.

Em função disso, pode-se perceber que atualmente quase não há maiores diferenças de frequência escolar entre o sexo juvenil. Em 2005, a taxa de estudantes masculinos foi de 46,4% e a feminina de 47,6%, enquanto em 1995 eram 38,9% dos jovens do sexo masculino estudavam e 42,8% dos jovens do sexo feminino estavam nas escolas.

³ Enquanto no Brasil cerca de 7 a cada 10 jovens encontram-se no mercado de trabalho, os países desenvolvidos possuem a relação inversa.

Em síntese, percebe-se que apesar da ocupa o masculina ter crescido menos (9%) que a feminina (14,6%), o aumento da popula o economicamente ativa masculina foi quase a metade (16,3%) da verificada no sexo feminino (31%). Em parte, essa diferença diz respeito ao avanço da educa o entre os jovens do sexo masculino como um mecanismo eficiente de posterga o do ingresso no mercado de trabalho.

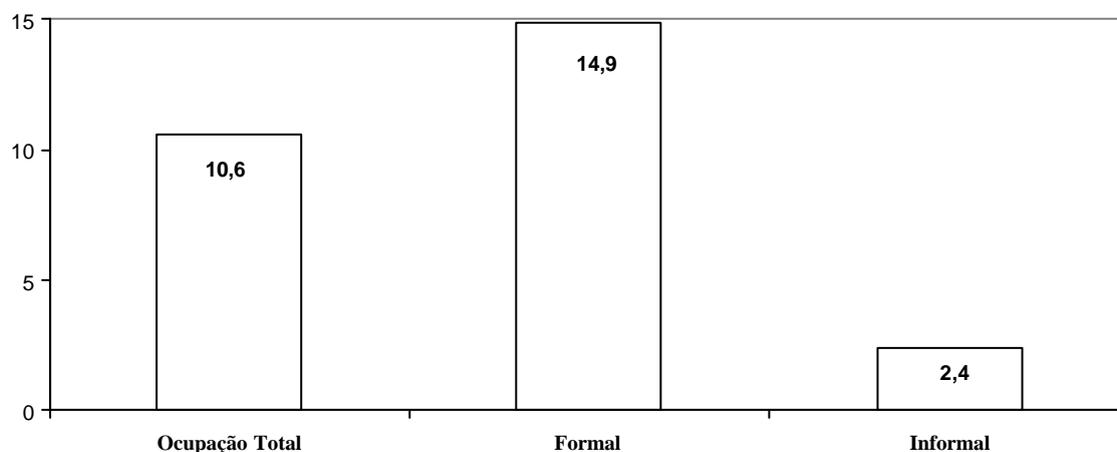
Entre os jovens do sexo masculino, a taxa de atividade decresceu (-4,1%) entre 1995 e 2005 (de 78,5% para 75,3%), enquanto entre as jovens do sexo feminino, a taxa de atividade aumentou (7,9%) de 51,8% para 55,9%. O resultado disso tem sido a gera o de um excedente de mão-de-obra juvenil ainda maior no interior do mercado de trabalho brasileiro.

Se considerada a variável renda, pode-se verificar que quando menor o rendimento familiar, mais alto o desemprego juvenil e maior a taxa de atividade. Entre as famílias de baixa renda (menos de meio salário mínimo mensal por membro), observa-se que a cada 100 jovens havia, em 2005, 74 ativos no interior do mercado de trabalho, sendo quase 20 destes desempregados. Já entre as famílias com maior nível de renda (acima de três salários mínimos mensais por membro), havia a cada 100 jovens 65 ativos no mercado de trabalho e somente 9 desempregados.

Tudo isso sem mencionar que dos 35,1 milhões de jovens do país, quase 35% (12,3 milhões) viviam com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo mensal. Deste universo, 1,8 milhão de jovens estavam na condi o de desempregados, equivalendo a 41% do total do desemprego juvenil de 2005 (4,4 milhões de desempregados em todo o país).

Ademais da situa o da inatividade, escolaridade e nível de renda familiar, convém destacar a baixa capacidade de gera o de postos de trabalho da economia brasileira para o segmento juvenil. Entre 1995 e 2005, por exemplo, o Brasil gerou 17,5 milhões de novas ocupa es, mas somente o conjunto de 1,8 milhão foi preenchido por pessoas na faixa de 15 a 24 anos de idade, enquanto ingressaram no mercado de trabalho quase 4,2 milhões de jovens.

Gráfico 04: Brasil - Rela o do emprego juvenil com o total da ocupa o entre 1995 e 2005 (em %)

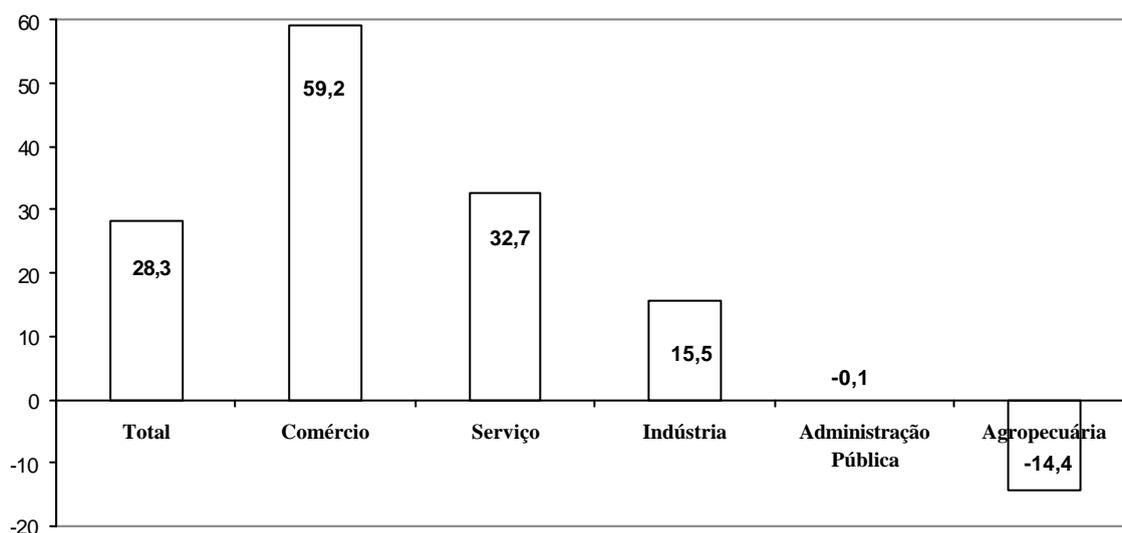


Fonte: IBGE (Elabora o própria)

Assim, a geração de primeiro emprego representou tão somente 10,6% do total das vagas abertas no país durante os últimos dez anos pesquisados. Ou seja, a cada 10 novos postos de trabalho gerados, somente um ficou para os jovens.

No caso dos postos de trabalho informais, a situação é muito mais grave, pois menos de 3% do total das vagas abertas entre 1995 e 2005 foram ocupadas por jovens. Em outras palavras, o setor informal que geralmente representava uma das principais oportunidades de primeiro emprego parece ter perdido mais capacidade de absorção do segmento etário de 15 a 24 anos. Em contrapartida, o emprego formal conseguiu preencher quase 15% do total das vagas abertas com jovens, ainda que seja de reduzido alcance ocupacional para o conjunto dos jovens que chega ao mercado de trabalho, se mostrou mais amplo que as ocupações informais.

Gráfico 05: Brasil - Variação do emprego juvenil por setor de atividade econômica entre 1995 e 2005 (em %)



Fonte: IBGE (Elaboração própria)

No segmento do emprego formal, os postos de trabalho abertos para jovens que mais se destacaram foram no setor terciário da economia nacional (comércio e serviços). Descontando-se a ocupação juvenil que foi reduzida no setor da administração pública, percebe-se o avanço principalmente no comércio, seguido dos serviços. Ainda em relação aos empregos formais, cabe destacar que ao contrário do setor primário da economia, que registrou a maior redução no nível de emprego para jovens, a indústria como um todo aumentou o volume de jovens empregados entre 1995 e 2005.

Considerações finais

O agravamento da situação da juventude nos últimos dez anos no Brasil exige uma ampla avaliação das políticas sociais em curso. Não apenas a economia nacional registra baixo crescimento econômico, incapaz de gerar ocupações para todos que ingressam no mercado de trabalho, como o jovem vem sendo o principal afetado negativamente por essa situação.

De um lado, os constrangimentos atuais do sistema nacional de ensino dificultam o avanço da escolaridade com qualidade da juventude, assim como a contida expansão econômica obstaculiza a ascensão social por intermédio do emprego. De outro, a crise de reprodução social produz um quadro geral de desânimo juvenil, cada vez influenciado pelos apelos do exercício das atividades ilegais.

O enfrentamento da temática social impõe um novo olhar sobre as ações públicas para a juventude. O que se fez até aqui se mostra insuficiente, quando não equivocado, conforme a análise sistematizada das informações quantitativas do mercado de trabalho entre 1995 a 2005 permitiu observar.

Urge rever as mais de três dezenas de políticas governamentais voltadas para a juventude no país, seja pela baixa escala, seja pelo contido tempo de atendimento. Diante da atual complexidade na transição do sistema escolar para o mundo do trabalho, cabe perfeitamente uma maior atenção do poder público, bem como de toda a sociedade, tendo em vista o descompasso entre o que a juventude poderia ser e o que realmente é no Brasil.